

**DITADURA, AUTORITARISMO E RESISTÊNCIAS:  
ANÁLISES SOBRE OS ANOS DE CHUMBO NO BRASIL 1964 – 1975**

**DICTADURA, AUTORITARISMO Y RESISTENCIAS:  
ANÁLISIS SOBRE LOS “AÑOS DE PLOMO” EN BRASIL 1964 – 1975**

*Ezir Leite de Moura Júnior<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo pretende abordar a ditadura e seus efeitos na sociedade brasileira, a partir dos anos 1960. Os objetivos específicos se expressam nos dois tópicos que compõem o estudo. No primeiro abordamos uma breve genealogia do Golpe de 1964. No segundo, pontuamos sobre a temática “1964 – 1975: Atos Institucionais: Abordagens sobre o Constitucionalismo, e a Violação dos Direitos Humanos no Brasil Ditatorial”. A metodologia usada perpassa por análises sobre as abordagens aqui expostas e foram discutidas a partir de autores como: Barros (1992), Valle (2014) e Motta, (2012), entre outros. Portanto, para fundamentar as problematizações aqui levantadas usaremos alguns jornais da época e relatórios oficiais da pós-ditadura, como o relatório da Comissão da Verdade. Os resultados alcançados mostram uma ditadura sangrenta e maquiavélica instalada a partir de um golpe de estado no Brasil. A importância desse estudo circula em apresentar como nosso sistema de democracia é frágil e as mortes durante a ditadura nos fazem lembrar em zelar e cuidar da democracia e dos direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo; Resistências; Ditadura. Mortos; Desaparecidos.

## ABSTRACT

This article aims to approach the dictatorship and its effects on Brazilian society, from the 1960s. The specific objectives are expressed in the two chapters that compose this study. The first addresses a brief genealogy of the 1964 coup. In the second, we point to the theme “1964 - 1975: Institutional Acts: Approaches to Constitutionalism, and the Violation of Human Rights in Dictatorial Brazil”. The methodology used permeates the analysis of approaches exposed here, were discussed from authors such as: Barros (1992), Valle (2014), Motta, (2012) among others. Therefore, to substantiate the issues raised here we will use newspaper editions of the time and post-dictatorship reports. The results achieved permeate the observation of a bloody and Machiavellian dictatorship installed after a coup in Brazil. The importance of this study circulates in presenting how fragile our democracy system is, yet how people are already dying for it, but those deaths reminds us of caring for democracy and for the human rights.

**KEYWORDS:** Authoritarianism. Resistances. Dictatorship. Dead. Missing.

---

<sup>1</sup>Acadêmico do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre, 4º período.  
E-mail: [junior.469@hotmail.com](mailto:junior.469@hotmail.com).

### 1 INTRODUÇÃO

O artigo *Ditadura, Autoritarismo e Resistências: Análises Sobre Anos de Chumbo no Brasil 1964 – 1975* pretende abordar alguns efeitos ocasionados na sociedade brasileira a partir do golpe de estado de 1964. Também abordaremos, de forma sucinta, o declínio do governo João Goulart, o golpe, e a ascensão do autoritarismo no Brasil.

Esse assunto está em evidência nos últimos anos. Essa temática já foi tratada em alguns estudos, como por exemplo, na obra de Maria Ribeiro do Valle: *1964 – 2014: Golpe Militar, Histórias, Memórias, e direitos Humanos*. A autora traz análises nesse contexto, pontuando a identificação de uma grande parcela da sociedade, que relativiza ou desacredita totalmente da existência de uma ditadura sanguinária e autoritária no Brasil.

Relembraremos também, os diversos casos de censura cultural e de violações dos direitos humanos que ocorreram nesse período. Ainda, ao analisarmos os jornais da época e relatórios pós-Ditadura<sup>2</sup> correlacionando-os as bibliografias que abordam a temática, podemos identificar relatos e casos de abusos ou dos direitos humanos. Nessa perspectiva, podemos criar um imaginário sobre os ocorridos que foram praticados de forma violenta em várias pessoas da sociedade brasileira, porém aqui pontuaremos em especial alunos, jornalistas, professores e artistas identificados nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade.

Seguindo na mesma direção teórica já debatida por Valle (2014), podemos pontuar que a intenção de discutir essa temática é mostra a fragilidade dessas narrativas, e problematizar o que vem sendo discutido e apresentado no Brasil nas últimas décadas em relação a ditadura militar e suas consequências. Identificamos a importância na preservação dos direitos humanos e busca do aperfeiçoamento da democracia. Por fim, a importância desse trabalho se dá na problematização e conscientização da intensa relação entre o autoritarismo e a democracia no contexto histórico do Brasil.

### 2 GOLPE MILITAR DE 1964

Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, João Goulart assumiu a presidência. No seu discurso de posse no dia 7 de setembro de 1961, Jango alivia o conturbado momento em que o

---

<sup>2</sup> CNV, 2014.1996 – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

Brasil se encontrava. Segundo Goulart (1961), não haveria a partir daquele momento razões para o pessimismo, pois, quando o povo exerce seu direito de votar tudo se direciona para melhorar. O presidente ainda, elogiou o modelo democrático que o conduziu a presidência, abordando suas responsabilidades para promover todas as medidas possíveis buscando solucionar os problemas da população e afirmando que lideraria o país defendendo a lei, a ordem e a democracia.

Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia. (GOULART 1961, p.9).

Rodrigo Patto Sá Motta (2012) ao resenhar<sup>3</sup> a obra “João Goulart: uma biografia”, do autor Jorge Ferreira, apresenta João Goulart como um personagem controverso no cenário político brasileiro. Segundo Motta, as promessas de reformar o Brasil, seu hábito de “atenuar suas mazelas sociais e seus projetos, provocaram medo e insegurança em outros grupos sociais, os mesmos que o derrubaram do poder em 1964”. (MOTTA, 2012, s/p). Possuidor de uma imagem polêmica, Jango despertava sentimentos distintos entre a população e seus pares.

João Goulart, ou Jango, é um dos personagens mais controvertidos da história brasileira e, por que não dizer, dos mais trágicos também. Presidiu a um governo que mobilizou as esperanças de milhares de pessoas sob a promessa de reformar o Brasil.(...)Dono de imagem inevitavelmente polêmica, a suscitar tanto admiração quanto desprezo, a importância de Goulart no contexto que levaria ao golpe é inquestionável, pois suas ações e projetos, mas sobretudo a maneira como foram interpretados, desempenharam papel chave no processo. (MOTTA,2012, s.p)

Ainda segundo Motta (2012), Jango influenciou diretamente no seu próprio golpe de estado. As interpretações dos militares sobre alguns discursos de Jango se tornaram um objeto de impugnação em uma ameaça comunista. Outro autor a pontuar sobre as medidas de Jango, é René Armand Dreifuss (1981), na sua obra intitulada *1964: A conquista do estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, nela o autor discorre sobre a situação de Jango naquele momento no cenário político e social. O fato de Jango ser grande proprietário de terras e ter uma formação populista, coloca um alvo em seu governo. Para o autor, a burguesia o via como um traidor da classe. Nesse contexto se fortalece no Brasil a caçada ao populismo e ao comunismo e todas as pautas ditas de esquerda, como é caso da Cartilha dos Direitos humanos.

---

<sup>3</sup> Recebida em 1 de novembro de 2011. Aprovada em 3 de dezembro de 2011 e publicada na Revista Brasileira de História em 2012.

A esses acontecimentos relacionava-se a denúncia da irresponsabilidade de João Goulart grande proprietário de terra e o político formado por dentro da tradição populista, foi condenado pela burguesia como traidor de sua classe. Iniciou-se um ataque ao populismo. O crescente descontentamento político quanto as condições socio econômicas das classes trabalhadoras, bem como as novas demandas do grande capital, forçaram-nas a ação política exacerbando a luta de classes, por sua vez, tornando-se um importante fator da recessão de 1963. (DREIFUSS,1981, p.141).

Em meio as manifestações públicas, uma se destacou, pela sua corrente ideológica e política: a *Marcha da família com Deus pela liberdade* levou milhares de pessoas as ruas. É certo que boa parte dessas mobilizações tinha acontecido por iniciativas de parlamentares que queriam a queda de Jango. Para sustentar os pontos aqui explanados, podemos nos atentar a publicação do Jornal Correio Braziliense<sup>4</sup> que aborda a realização de uma reunião na casa do deputado Cunha Bueno do partido (PSD)-São Paulo, onde, houve a organização da comissão que representaria os brasilienses na *Marcha da Família com Deus pela liberdade*.

Outro ponto abordado no jornal fala sobre a comissão que será a responsável de repudiar e dificultar a legalização “do partido comunista”. O texto ainda menciona que não só em Brasília, mas em outras regiões do Brasil estavam aderindo à “Marcha”, tendo como exemplos: Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, entre outras. A maioria delas encabeçadas por políticos como mostra a edição aqui analisada. Com as manifestações nas ruas e a crise em Brasília o governo de Jango dava seus últimos respiros.

Observa-se que os militares não agiram sozinhos, a mídia também era uma aliada nessa situação como aborda Barros (1992) na obra *Os Governos Militares*. Para melhor compreensão, podemos apresentar como a maioria dos jornais faziam questão de reforçar a crise, como é o caso da capa do Jornal Braziliense<sup>5</sup> em 19 de março de 1964, no qual foi reservado a maioria dos seus enunciados com pontos negativos do governo. A capa apresenta enunciados de forma pejorativa alimentando as ruas, plenários e quartéis de todo Brasil: “Crise em Brasília”, “Goulart prega reforma da Constituição”, “Goulart é criticado no México”, “Com Frente Popular Goulart fará novos Monopólios Estatais”. De quase 10 enunciados mais de um terço foi com críticas as medidas de Jango.

Outra abordagem era o uso dos meios impresso para disseminar denúncias de guerrilhas pelo Brasil. Podemos citar, o editorial do Correio Braziliense<sup>6</sup> do dia 13 de junho de 1961, edição nº 344, p.04, que pede investigação a respeito de supostas instalações de guerrilhas comunista em

<sup>4</sup>Correio Braziliense, 19 de março de 1964, edição nº 1.174, ano CLIII (2º fase), p.03.

<sup>5</sup>Correio Braziliense, 19 de março de 1964, edição nº 1.174, ano CLIII (2º fase), p.01.

<sup>6</sup>Correio Braziliense, 13 de junho de 1961, edição nº 344, ano CLIII (2º fase), p.04.

Recife. Essas publicações com “denúncias e pedidos de investigações” se repetiram por todo o Brasil. Essa suposta invasão comunista atrelada as iniciativas de Jango, se tornou combustível para inflamar e transformar seu governo em cinza.

A “história é um drama” como afirma Paul Veyne<sup>7</sup> (1978), e isso se confirma ao desenrolar da história política de Goulart, pois, pouco tempo depois de suas primeiras palavras no discurso de posse, o presidente o Brasil sofreu um golpe de estado encabeçado por militares. O jornal Correio Braziliense, de 31 de março de 1962, edição nº 584, ano CLIII (2º fase), p.03, com o título em letras garrafais e notícia publicada coincidentemente dois anos antes do golpe, traz seguinte afirmação: “Comunismo ou Ditadura é para onde Caminhamos” e assim se sucedeu.

O golpe militar ocorreu no 31 de março, de 1964, sob o discurso de salvar a democracia brasileira, “vindo de Minas Gerais, recrutas inexperientes comandados por Olympio Mourão Filho, marcharam em direção ao Rio de Janeiro, apressando o cronograma golpista” (BARROS,1992, p.11). A partir desse evento o Brasil se direcionou a um abismo humanitário, social e de extrema violência e letalidade.

### **3 1964 – 1985 E OS ATOS INSTITUCIONAIS: ABORDAGENS SOBRE O CONSTITUCIONALISMO, E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL DITATORIAL**

Ao assumir o poder mediante um golpe político-militar em 1964, o governo foi praticamente liderado por generais-presidentes. O autor Barros (1992) faz pontuações sobre o começo da ditadura militar. Segundo o autor “na madrugada de 2 de abril, uma junta militar intitulada Comando Supremo da Revolução e composta pelos ministros general Arthur da Costa e Silva, (guerra) tenente-brigadeiro Francisco de Assis(...).” tomava o controle do país (BARROS,1992, p.18), ainda os militares que eram contra o golpe foram perseguidos e expurgados das forças armadas.

O comando supremo da revolução lança seu primeiro ato institucional, o AI-1<sup>8</sup> no dia 9 abril de 1964. Segundo o autor as eleições foram marcadas para 1965 e esse dispositivo cassava os diretos políticos de diversas personalidades como: Darci Ribeiro, Jânio Quadros entre outros, que poderiam concorrer a disputa presidencial. Um ato cheio de vícios fascistas segundo o autor, que tinha apenas um objetivo: congelar qualquer iniciativa civil de ingresso ao poder.

<sup>7</sup> VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar, Maria Auxiliadora. 4º edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1982,1992,1995,1998. Pág. 17-49

<sup>8</sup>[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv\\_Identificacao/AIT%201-1964?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/AIT%201-1964?OpenDocument).[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Consultado 10/07/2019.

(...)O primeiro ato Institucional, redigido pelos advogados fascistas Francisco Campos (o mesmo que elaborou a constituição ditadas de 1937) e Carlos Medeiros da Silva. Afirmando que “a revolução vitoriosa, como o poder constituinte, se legitima por si mesma” esse dispositivo concedia ao executivo poderes especiais para cassar mandatos e suprir direitos políticos por até Dez anos. (BARROS,1992, p.19).

O autor ainda aborda que, o primeiro ato institucional não afetou a cenário político nessas derradeiras eleições democráticas, e que mesmo assim os partidos dos militares não elegeram tantos representantes no Brasil. Uma forma de retaliação segundo Bedê Junior<sup>9</sup>, o AI-2 foi publicado no dia 27 de outubro de 1965, e essa normatização pontuava que deveria ser transferindo para justiça militar a responsabilidade de julgar os crimes contra a segurança nacional e o intenso golpe político. Com mudanças no STF, de 11 ministros, subiu para 16 também nesse ato foi determinado o fim das eleições diretas para presidente.

Outras medidas que incorporavam o AI-2<sup>10</sup> eram a extinção de partidos políticos, e ainda a cassação e a suspensão de direitos políticos. “Admitiu a cassação e a suspensão de direitos políticos, suspendeu as garantias da vitaliciedade, estabilidade e inamovibilidade, excluiu da apreciação do Poder Judiciário os atos praticados” e assim fixada eleição indireta. (Junior, 2013, p.164) pelo governo federal juntamente com o comando da revolução, baseando-se no Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

O AI-2, de 27 de outubro de 1965, transferiu para a justiça militar a competência para julgamento dos crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do STF de 11 para 16, determinou o fim das eleições diretas para Presidente da República, extinguiu os partidos políticos,(...)praticados pelo comando da revolução e pelo governo federal com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no próprio Ato Institucional no 2 e em seus Atos complementares. (JUNIOR,2013, p.164)

O autor também debate a respeito do destacamento da Constituição de 1946, e suas respectivas emendas que supostamente estavam asseguradas. Apesar da revolução pontuar seu caráter constitucional, a Constituição seria rasgada por esse governo. Segundo Junior (2013), do grupo de medidas tomadas pelo governo militar, os “Atos Institucionais, verificam-se o enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos, bem como a manutenção meramente formal da Constituição de 46” uma vez que os comandantes da revolução tinham o controle e o poder de retirar direitos políticos, afastar, demitir, até mesmo fora de uma discussão no âmbito judicial.

<sup>9</sup> Américo Bedê Junior é doutorando em Direitos Fundamentais na Faculdade de Direito de Vitória (FDV/ ES); mestre (FDV/ES); professor (FDV/ES); juiz federal titular da 3ª Vara de Execuções Fiscais em Vitória/ES.

<sup>10</sup> [Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Consultado 10/07/2019

É, no mínimo, curioso que o primeiro artigo do AI-1 destacasse que a Constituição de 1946 e as respectivas emendas estavam mantidas, apesar de a revolução ressaltar seu caráter de poder constituinte e de a Constituição de 46 ter perdido, na prática, qualquer força para limitar a revolução. Do rol de medidas dos dois primeiros, (...) uma vez que o Comando da Revolução tinha poderes para sumariamente cassar direitos políticos, aposentar e demitir juizes, sem que houvesse a possibilidade de discussão judicial desses atos.

Segundo Barros (1992), o AI-3<sup>11</sup> seguia a demanda do AI-2, fortalecendo o autoritarismo e mediando a suspensão das eleições para governadores de todos os estados. A indicação dos prefeitos e governadores seria diretamente ligada ao governo militar. Essa média consagrava a supremacia do executivo. Observa-se no texto de Barros (1992) que, entre revoltas de esquerdas, resistências estudantis e guerrilhas armadas, o presidente Castelo Branco se concentrava nas iniciativas da criação de uma nova Carta Constitucional e visando acelerar o processo o presidente editou o AI-4.

No dia 6 de dezembro de 1966, o AI-4 foi instituído. Esse ato tinha o objetivo de criar uma nova constituição. Barros (1992) pontua que o “AI-4, a 6 de dezembro de 1966, convocando o Congresso em caráter extraordinário, com a finalidade de discutir, aprovar por maioria absoluta e promulgar o projeto da nova Constituição” (BARROS,1992, p.30). Com isso, o autoritarismo e a ditadura chegariam ao seu limite, e nessa linha de frente a uma colisão sangrenta com a criação do AI-5. .

Edgar Luiz de Barros, pontua que o quinto Ato Institucional foi o resultado do totalitarismo estatal, e sua clara postura ditatorial não precisava ser mais suavizada. Portanto, ao contrário dos outros atos, o AI-5 tinha uma duração indeterminada. Nos seus diversos artigos discorria sobre “o fechamento indiscriminado do Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmara municipais; reabria as cassações de direitos políticos, dessa vez por tempo indeterminado” (BARROS,1992, p.42).

Ainda segundo o autor esse ato permitia o confisco como punição, e em um dos artigos mais autoritário, abolia de forma integral o *habeas corpus* dos prisioneiros apreendidos pela Segurança Nacional.

O ato Institucional nº 5 foi a implantação acabada do totalitarismo estatal, comando de todos os brasileiros por uma única vontade, a ditadura sem qualquer disfarce. Ao contrário dos atos anteriores, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Seus doze artigos permitiam(...)e abolia o *habeas corpus* para os detidos por infração da Lei de Segurança Nacional; permitia de qualquer funcionário público federal, estadual e municipal, inclusive Juizes; suspendia garantias concedidas pelo poder judiciário; permitia o confisco de bens como punição pelo que o governo considerasse corrupto, além de outras arbitrariedades. (BARROS,1992, p.42).

<sup>11</sup>Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Consultado 14/07/2019

A partir desse ato do estado, todos os setores da sociedade brasileira sofreram de alguma forma, ressaltando a imprensa, os intelectuais da cultura e das artes, os estudantes e professores, que deveriam passar por rigoroso tratamento de censura e controle absoluto do governo militar. Essas narrativas aqui expressadas pelo autor, foram também apresentadas nos jornais impressos da época.

Uma coluna escrita pelo jornalista Terence Smith (do jornal *New York Times*), faz análises sobre alguns resultados da ditadura para o impresso *Jornal Brasil*<sup>12</sup> com sede no Rio de Janeiro. No artigo é retratado a ofensiva do governo do Sul do Brasil para com os jornalistas e estudantes. Universitários acusados de pregar contra o autoritarismo e jornalistas que buscavam a neutralidades, essas resistências apresentavam atributos que incomodavam o governo ditatorial e eram perseguidos.

O jornal, também menciona sobre os 39 jornais que foram fechados durante o período de auge da ditadura. Esse problema foi discutido por Barros (1992) e segundo o autor, a censura instalada em dezembro de 1968, foi formalizada no terceiro mês do ano por meio de decreto. Portanto, “toda mídia foi colocada sob supervisão dos tribunais, no meio universitário a limpeza foi completa, centenas de professores foram aposentados involuntariamente em maio” (BARROS, 1992, p.45). Os profissionais eram: cientistas, pesquisadores, historiadores, economistas e sociólogos, uma terrível perseguição foi constatada nas instituições federais.

Enquanto todo esse fascismo, autoritarismo pressionavam o povo, os estudantes da época estavam nas ruas defendendo a educação e a democracia. A preocupação com os grupos estudantis era uma realidade. No ano de 1968, no dia 28 de março, um grupo de policiais invadiu atirando um restaurante universitário sob “denúncia” de conspiração contra a embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Uma dessas balas atingiu o estudante Edson Luís de Lima Souto. As manifestações de indignação pela morte de um jovem rapaz de 18 anos tomaram o Brasil. Enquanto isso, ao som de mais de 50 mil pessoas gritando “Neste luto, começou a Luta” o jovem foi sepultado na tarde do dia seguinte ao assassinato.

As resistências continuaram e a repressão também, as mortes só aumentaram e as prisões foram se enchendo de presos políticos. Porém uma gama de artistas e intelectuais usavam de sua influência nas mídias para afrontar o autoritarismo e resistir em meio ambiente hostil. A imagens do arquivo da TV Manchete, republicadas em uma coletânea da revista em 1994, mostram um desses artistas: Caetano Veloso elogiando o movimento que estava acontecendo. Tanto ele, como

---

<sup>12</sup> *Jornal do Brasil*, primeiro de janeiro de 1970, edição nº229, ano v. p.03.



outros artistas encabeçavam essa luta pela democracia. Do lado direito das imagens, tiradas na passeata dos 100 mil, estavam universitários, secundaristas, políticos, professores, intelectuais, artistas, profissionais liberais e mães de alunos. (BARROS,1992, p.3).

### Imagem 1 – 1964-1975: OS ANOS DE CHUMBO



Revista Manchete. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1994. Edição 2191 – Dossiê/1964 Trinta anos depois.

A opressão e o autoritarismo queriam sangue e isso foi colocado às claras na Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada exclusivamente para investigar e esclarecer as violências praticadas na ditadura militar. Prisões ilegais, torturas, mortes ou desaparecimentos forçados, constataram uma agressão direta ao contexto sistemático dos direitos humanos. Outro fator foi a metodologia usada pela CNV. Buscou-se pesquisar acervos disponíveis, ouvir testemunha, como: “expressos, sobreviventes de tortura, familiares e agentes da repressão, (...) casos de mortes e desaparecimento ocorridos durante os anos de 1964 a 1988” (BRASIL, 2014, p.28).

Esses atos brutais ocorridos na ditadura militar apesar não terem sido informações vindas das Forças Armadas, pois se negaram a ajudar, não poderiam ser analisados de forma tão profunda dentro da nossa temporalidade temática. Porém, ao nos apropriarmos desse material pós-ditadura,

teremos algo mais substancial, para que lacunas sejam preenchidas e outras abertas. Ao revelar como as mortes, torturas e desaparecimento forçados aconteciam, podemos criar um sentimento de preservação da nossa democracia e dos direitos humanos.

Em 2014 foi criada a CNV<sup>13</sup>, que considerou a influência direta de agentes públicos em atos violentos contra cidadãos brasileiros. A atuação nesses atos atingia todo escalão hierárquico de diversas patentes. Outro fator pontuado pelo relatório são as diversas ocorrências de violação de direitos humanos, tanto as Forças Armadas, quanto os órgãos policiais estavam envolvidos em atos dessa natureza.

Um grande intercâmbio de informações alimentava os interrogatórios, grupos de busca e automaticamente torturas e mortes. Baseando-se em elementos suficientes, a CNV entendeu que houveram por diversas vezes a violação da Lei nº 12.528/2011:1 de direitos humanos. O relatório pontua ainda, a decisão de responsabilizar políticos institucionais, estava estabelecida em três pilares: “1) (...) as graves violações e por medidas que determinaram esses atos ilícitos; 2) responsabilidade pelo controle e gestão de estruturas e procedimentos diretamente vinculados à ocorrência de graves violações; e 3) responsabilidade pela autoria direta de graves violações”. (BRASIL, 2014, p.28).

A CNV considerou a participação coordenada de agentes em diferentes níveis hierárquicos e no exercício de funções distintas, organizados sob a forma de cadeias de comando. Como apresentado no Capítulo 16 do volume I do Relatório, intitulado *Autoria de graves violações*, a ocorrência de graves violações de direitos humanos envolveu diferentes estruturas de comando, com áreas e seções especializadas no âmbito das unidades e estabelecimentos militares; cooperação entre as Forças Armadas e órgãos policiais; emprego e intercâmbio de informações entre serviços de inteligência; montagem e funcionamento permanente de equipes de investigação, interrogatório e busca (BRASIL, 2014, p.28) .

Apresentaremos a seguir alguns dos casos de violação de direitos humanos ocorridos durante a ditadura. Segundo Barros (1992), isso praticamente acabou com o terrorismo paramilitar, porém, o terrorismo do estado estava apenas começando e sucumbindo vários cidadãos brasileiros a tortura, mortes e ocultação de cadáver. Encontramos no relatório final da CNV, expoentes desse cenário que pagaram o preço mais alto pela busca da democracia e igualdade social e humanitária:

É o caso de Edson Luiz Lima Souto morto pela polícia em um restaurante universitário, quando manifestava em prol da sua comunidade escolar. Edson era natural de Belém, no Pará e foi um dos organizadores dos movimentos estudantis Carioca, onde morreu no dia 28/03/1968. (BRASIL, 2014, p.224). Outro exemplo é o de Ivan Rocha Aguiar nascido em 14/12/1941, em

---

<sup>13</sup>Comissão nacional da verdade - relatório - volume III - mortos e desaparecidos políticos - dezembro de 2014.

Triunfo (PE) atuava como estudante secundarista em uma Organização política “Juventude Comunista do PCB”. Foi morto no dia 10 de abril 1964 em uma manifestação contra o autoritarismo, na cidade de Recife (PE). (BRASIL, 2014, p.106). Da mesma maneira Jonas José de Albuquerque Barros natural de Recife, nascido em 15/6/1946. Sua ocupação era de estudante participativo do Movimento Estudantil e foi morto pela ditadura militar aos 17 anos de idade. (BRASIL.2014, p.108). Outro exemplo é o de Luiz Paulo da Cruz Nunes, acadêmico de medicina e estagiário na área de Patologias. Cursava a Faculdade de Medicina da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi morto quando participava de uma manifestação estudantil em frente à UERG, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus pais eram, Lucia da Cruz Nunes e Álvaro Goulart Nunes, nasceu no dia 13/10/1947 no Rio de Janeiro (RJ). (BRASIL.2014, p.224). Estes três casos colocam em evidência a realidade vivida no âmbito estudantil, haja vista que os três militavam na causa estudantil no contexto sociopolítico do Brasil naquele momento.

De igual modo, outras esferas da sociedade, não só os estudantes, sofreram as consequências da ditadura militar. Profissionais liberais, autônomos, sindicalistas, políticos, artistas e intelectuais sofreram perseguições, censura e foram torturados. Mais um exemplo é o de Antônio Henrique Pereira Neto, professor e padre. Ele foi sequestrado, torturado e morto por agentes policiais e civis em 27 de maio de 1969. Nasceu no dia 28/10/1940 em Recife (PE), onde morreu mediante dias sendo torturado. (BRASIL.2014, p.501). Mais um caso é o de Heleny Ferreira Telles Guariba professora de teatro, dramaturga e ativista política, atuação esta interrompida pelo ato AI-5. Nasceu em Bebedouro (SP) no dia 17/3/1941. Foi presa e morta no ano de 71 (BRASIL.2014, p.642). E ainda, podemos citar o caso de Epaminondas Gomes de Oliveira professor, ativista e artesão. Sua morte foi confirmada pelo Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília (DF). Devidos as torturas, Epaminondas morreu de choque mediante desnutrição e anemia. Era da cidade de Pastos, no Maranhão, nascido no dia 16/11/1902 (BRASIL.2014, p.684). Todos estes casos representavam, mesmo que fosse uma pequena parcela, intelectuais e formadores de opiniões que compunham a sociedade brasileira e que não se esquivaram de manifestar suas ideologias e sua oposição severa ao regime autoritário que se instalou no Brasil.

Uma outra camada profissional muito atacada foi a classe dos jornalistas, apesar de no nascimento da ditadura os meios de comunicação se colocarem a favor do golpe militar, muitos jornalistas posteriormente sofreram as consequências do apoio equivocado. Como exemplo de jornalistas que foram mortos pela ditadura podemos citar Israel Tavares Roque nascido no dia 3/1/1919 em Nazaré (BA). Era gerente de jornal e contador. Participava da organização política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e desapareceu após ser apreendido pela polícia no Rio de

Janeiro no dia 15/11/1964. (BRASIL.2014, p.185). Outro jornalista desaparecido foi Mário Alves de Souza que ficou preso por meses e desapareceu no 17/1/1970 no Rio de Janeiro. Suas lutas sociais eram a motivação da sentença de morte. Baiano de nascimento, era jornalista e dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). (BRASIL.2014, p.585). Esses dois casos exemplificam os muitos casos de jornalistas mortos ou desaparecidos que ainda constam no Relatório Nacional da Comissão da Verdade,<sup>14</sup> - volume III - mortos e desaparecidos políticos - dezembro de 2014 que traz em suas quase 2.000 páginas, um extenso número de casos de violação de direitos humanos.

Ao observar tal situação que se instalou no Brasil, hoje reconhecida como golpe de estado pelo governo, como mostra o projeto de resolução nº4, de 2013-CN, esse documento no seu artigo 1º aborda a anulação da vacância no governo de João Goulart. “Art. 1º Declara nula a declaração da Vacância da presidência da república exarada pelo presidente do congresso nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda seção conjunta, da quinta Legislatura do Congresso nacional, realizada em 2 de abril de 1964” (Brasil, 2013, p.2). Mediante disso se constatou que o terrorismo foi suprimido por qualquer intuito positivo que o regime militar começou. O AI-5 representou a segunda morte da democracia, e esse golpe foi o mais violento contra a sociedade brasileira pois, as ruas foram “lavadas” com seu sangue.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos o estudo *Ditadura, Autoritarismo e Resistências: Análises Sobre os Anos de Chumbo no Brasil 1964 – 1975*, conclui-se que o Brasil foi a casa de uma ditadura militar, no qual autoridades que representavam o estado, sequestraram, mataram e desapareceram com pessoas, exemplos; jornalistas, alunos, professores e artistas da época. Usando jornais e relatórios como fontes, chegamos aos nomes de algumas dessas vítimas e aqui apresentamos para refletirmos sobre o preço que foi pago pela busca da democracia.

Também foi colocado uma breve genealogia do golpe de 1964, abordando a principais motivações e personagens que fizeram parte dessa trama. Ao abordamos essa ruptura na sociedade brasileira, mostramos o quanto a democracia pode ser frágil e volátil, e como os processos de golpe de estado estão encharcados de corrupção, ilegalidades e violação do estado democrático de direito.

---

<sup>14</sup> O detalhado relatório, traz um universo de informações a respeito de período nomenclatura como “Anos de Chumbo”, podendo ser acessado por meio do link <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>.

Outro fator que dissertamos foram os efeitos dos atos institucionais e em especial o AI-5, que feriu diretamente esse estado de direito.

Ainda apresentamos uma fração das vítimas da ditadura, baseando no relatório final da CNV- Comissão Nacional da Verdade (2014), buscando mostrar algumas das muitas pessoas que lutaram até a morte por uma sociedade melhor e democrática. O arremate dessa discussão vem através da constatação do impacto da ditadura na sociedade brasileira, e assim conclui-se que o melhor caminho é a problematização do assunto, buscando conscientizar através de fontes e referenciais teóricos, fazendo lembrar e enxergar aquilo que a sociedade insiste em esquecer ou fechar os olhos.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**. Disponível em:

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/ATT%201-1964?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/ATT%201-1964?OpenDocument). [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 10 de julho de 2019.

BRASIL. **[Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965](#)**. Disponível em:

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 10 de julho de 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Disponível em:

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 14 de julho de 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014.1996 – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Resolução nº4, de 2013**.

BARROS, Edgar Luiz de. **Os Governos Militares**. São Paulo: Contexto,1992.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3º edição. Editoras Vozes: Petrópolis, 1981.

JORNAL DO BRASIL. Primeiro de janeiro de 1970, edição nº229, ano v. p.03.

JUNIOR, Américo Bedê. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85**. Ano 50.

Número 197, jan./mar.2013. Acesso em 10 de julho de 2019. Disponível em:

[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril\\_v50\\_n197\\_p161.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/197/ril_v50_n197_p161.pdf).

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **João Goulart: uma biografia**. Rev. Bras. Hist. vol. 32 nº. 63 São Paulo 2012. Acesso em 4 de agosto de 2019. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882012000100020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100020)

REVISTA MANCHETE. **Dossiê/1964 Trinta anos Depois**. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1994. Edição 2191.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013.

VALLE, Maria Ribeiro do (org). 1964-2014: Golpe Militar, História, Memória, e Direito Humanos. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica. 2014.

VEYNE. Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar, Maria Auxiliadora. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998. Pág. 17-49